JORNAL o interior

A Formação de professores para a Educação Inclusiva

4 Dezembro, 2021
Comentar 4 min (tempo de leitura)

Escrito por António José Alves Oliveira

A formação inicial, contínua ou pós-graduada, assume uma importância vital na implementação da Educação Inclusiva para que os professores do Ensino Regular ou de Educação Especial detenham competências ao nível da diferenciação pedagógica e curricular, capacidade reflexiva sobre a prática e de partilha de experiências de ensino inclusivas, que lhes permitam responder à diversidade funcional dos alunos que frequentam as escolas. Face a este novo paradigma educativo, a formação de professores implica a consciencialização por parte da tutela na criação de políticas educativas que incluam a Educação Inclusiva nos modelos e currículos de formação dos professores, para que estes se sintam empenhados na educação de todos os alunos.

Grande parte dos cursos de formação inicial de professores ministrados em Portugal não inclui a área das Necessidades Educativas Especiais (NEE) e, quando é incluída no currículo de formação superior, são tratados domínios das (deficiências) mais severas, causando um efeito negativo nas atitudes de aceitação e receios quanto à intervenção pedagógica destes professores perante os alunos com NEE já no exercício da docência. Quanto à formação contínua de professores, apesar de se ter registado alguma melhoria quanto à quantidade, a Educação Inclusiva ainda é apresentada como desligada da realidade educativa das escolas ou das necessidades dos professores que têm alunos com NEE nas suas turmas (Rodrigues, 2003).

No sentido de inverter esta situação, a formação de professores deve seguir três princípios essenciais ao nível dos modelos formativos para que exista uma verdadeira relação entre a equidade e a inclusão de todos os alunos:

Isomorfismo – Os alunos em situação de formação inicial devem ser colocados em contextos de formação semelhantes àqueles que encontrarão quando iniciarem a sua prática profissional, incluindo nesta estratégia uma relação direta entre os conteúdos que aprendem e as competências que deverão deter no final da sua formação. A supervisão sobre a prática e o

confronto com situações reais permitirão ao formando perceber quais as opções adequadas para responder com competência a situações espectáveis que possam ocorrer no exercício da docência;

Infusão – A formação em matéria de Educação Inclusiva deve estar incluída nos conteúdos desenvolvidos nas diversas disciplinas regulares de formação pedagógica para que não persista na mente dos futuros professores a ideia de duas pedagogias: a normal e a especial.

Relação entre teoria, investigação e prática – O conhecimento e a experiência não constituem um receituário para a resolução de todos os problemas educativos dos alunos, mas podem consistir num referencial para obter as informações necessárias para o planeamento de métodos e estratégias que possibilitem respostas bem sucedidas para problemas mais difíceis. O desenvolvimento de práticas inclusivas nos professores que irão integrar as escolas do futuro depende da formação permanente, ou seja, da atualização de conhecimentos, competências e do acompanhamento supervisionado das suas práticas, numa perspetiva, aberta, colaborativa e positiva (Rodrigues, 2014).

A Agência Europeia para o Desenvolvimento da Educação Inclusiva (2012) também se debruçou sobre a formação inicial de professores na Europa, definindo um conjunto de áreas de competência (atitudes, conhecimentos e capacidades), que determinam o Perfil dos Professores Inclusivos. O desenvolvimento deste Perfil deve incluir atitudes de valorização da diversidade funcional e cultural dos alunos; a valorização do apoio a todos os alunos, criando expetativas elevadas nos futuros professores, de forma a que estes implementem metodologias de ensino que contribuam para resultados positivos nos seus alunos ao nível social, emocional e educativo; a valorização do trabalho colaborativo com as famílias dos alunos, professores e outros técnicos de Educação; a valorização do desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, para que a formação inicial seja o ponto de partida para os dotar de capacidades de reflexão sobre a necessidade de diferenciação na prática pedagógica quotidiana e a implementação de procedimentos de avaliação verdadeiramente formativos.

Portanto, a formação inicial e contínua dos professores deve ser revista, não apenas em questões de pedagogia ou conceitos ligados às NEE, mas incluir experiências e conhecimentos construídos dentro da profissão docente nas dimensões do Saber, Fazer e Acreditar (Rouse, 2008), para que os professores sejam capazes de desenvolver crenças e atitudes positivas perante a diversidade multicultural, capacidades de análise sobre as suas práticas, capacidades de investigação, de partilha de boas experiências e de indagação na procura de soluções inovadoras, justas e democráticas num contexto profissional e educativo em constante mudança legislativa e de exigências unilaterais.